

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

**O MOVIMENTO SEPARATISTA NO PARANÁ:
O ESTADO DO IGUAÇU REVISITADO NAS MEMÓRIAS.**

PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

CELMA FARIA DE SOUZA BURILLE

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

PROFESSOR PDE: CELMA FARIA DE SOUZA BURILLE

ÁREA PDE: HISTÓRIA

NRE: FRANCISCO BELTRÃO

PROFESSOR ORIENTADOR: ROBSON LAVERDI

IES VINCULADA: UNIOESTE

**ESCOLA: COLÉGIO ESTADUAL TANCREDO NEVES – ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO**

CIDADE: FRANCISCO BELTRÃO

PÚBLICO: PROFESSORES E ALUNOS

**O MOVIMENTO SEPARATISTA NO PARANÁ:
O ESTADO DO IGUAÇU REVISITADO NAS MEMÓRIAS.**

CELMA FARIA DE SOUZA BURILLE

SUMÁRIO

Introdução.....	05
1. Conceituando Memória.....	07
2. Conceituando Identidade.....	11
2.1 Reconhecendo as diferenças entre Memória e Identidade.....	12
3. Conceituando História Oral.....	14
4. Discutindo Divisionismo/Separatismo/Emancipacionismo.....	16
5. O caso do Separatismo no Paraná:	
5.1 As origens.....	18
5.2 O Território Federal do Iguaçu.....	19
6. A colonização do Sudoeste/A Revolta dos Posseiros de 1957.....	21
7. A idéia da criação do Estado do Iguaçu (1968/1993).....	24
7.1 A participação do Sudoeste do Paraná.....	25
7.2 A imprensa no movimento.....	27
7.3 As memórias silenciadas.....	29
Considerações Finais.....	32
Referências Bibliográficas.....	33

INTRODUÇÃO:

Existe uma vasta produção memorialística sobre os movimentos “separatistas” referentes à criação do Estado do Iguazu, assim como diversas e diferentes reinvenções de memórias, por meio de celebrações, publicações jornalísticas, notas de rádio e TV, da mais contraditória e ambígua disputa de sentidos em torno de tal processo, que são revividas nos anos 1968 e 1993, alcançando os nossos dias. Essas produções são basicamente produzidas na região Oeste do Paraná, algumas com abordagem historiográfica pouco focada na perspectiva de uma grande parcela de sujeitos, que foram silenciados. No Sudoeste do Paraná, é uma história quase esquecida, não havendo qualquer produção, seja historiográfica, seja memorialística.

Na literatura da região sul, de uma maneira geral, há uma grande preocupação em destacar a presença homogênea de um determinado grupo de imigrantes de origem européia, particularmente italiana e germânica. No Sudoeste, a presença predominante desses dois grupos proporcionou a tentativa de criação de uma identidade homogênea na região.

Esse trabalho tem o objetivo de enfrentar alguns desafios para dar conta de pensar como as idéias “separatistas” fizeram ou fazem parte do processo social na região Sul. Para isso, analisaremos como, em função desse movimento, ocorreram as diferentes tentativas de construção de uma identidade própria para a região, que os diferenciasses das demais regiões do Estado do Paraná e, ao mesmo tempo indagar as motivações ou os sentidos políticos em torno desse discurso da “homogeneidade identitária” da região.

Queremos também discutir os silêncios de outros protagonistas, não ligadas certamente com a sustentação destes marcos na constituição do conhecimento sobre a região na história do Paraná e do Brasil.

Para realizar esse objetivo, iniciaremos discutindo alguns conceitos fundamentais para entender os movimentos separatistas ocorridos na região Sudoeste e Oeste do Paraná, para entender as suas origens, como Memória, Identidade e a metodologia utilizada na pesquisa, a História Oral.

Já no século XIX, os gaúchos começaram a discutir a possibilidade de uma separação do restante do Brasil, tendo como motivos principais os interesses econômicos e políticos. Tentando evitar o aumento da predominância do Sudeste na economia e política do país, deflagraram a Guerra dos Farrapos. Posteriormente, a

Revolução Federalista e a Guerra do Contestado também contribuíram para esse objetivo. A partir daí, o Estado do Paraná, especialmente o Oeste e o Sudoeste, colonizados predominantemente por descendentes dos gaúchos e catarinenses, passaram a questionar, em muitos momentos, a sua identidade, buscando consegui-las e também propondo a separação do restante do Estado. Esses movimentos têm início na década de 1960, retornando posteriormente, no início da década de 1990 e será fundamental para justificar a eleição de um deputado federal para defender a causa separatista em 1989, pelo oeste e sudoeste do Paraná. Porém, em 1993 o projeto separatista foi, definitivamente arquivado, porque não foi aprovada a Lei 141/91 no Congresso Nacional, que previa um plebiscito somente com as populações das regiões envolvidas, para a criação do Estado do Iguaçu.

1. CONCEITUANDO MEMÓRIA:

Para iniciar a discutir o tema proposto, conceituaremos a palavra “memória”, segundo o dicionário Aurélio: “faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos; lembranças, reminiscência; dispositivo em que informações podem ser registradas, conservadas e, posteriormente recuperadas...” (AURÉLIO: 2004, 547).

A necessidade que temos de discutir as memórias é percebida individual e coletivamente, e “essa noção diz respeito não somente a um trabalho de interiorização individual, mas, sobretudo a uma construção social..., onde a memória individual se estrutura, por meio da família e dos grupos sociais” (BALHS: 2007, 13).

É importante entender a importância da memória social e os percursos individuais para compreender os processos migratórios na formação das populações. Apenas os seres humanos conseguem guardar lembranças; e se a memória é um processo e é social, ela só se torna real quando verbalizada pelas pessoas. Mas a memória é individual e ocorre no meio social dinâmico, e as recordações podem ser contraditórias, ambíguas ou distantes.

Para Laverdi:

Pensar a produção da memória como processo, além de permitir uma compreensão ampliada do fazer histórico dos sujeitos no tecido da paisagem social, reveste o olhar de novas perspectivas críticas em relação aos tons memorialistas alimentados pela historiografia (LAVERDI: 2005, 70-71).

Além disso, é preciso muito cuidado na utilização da memória social, pois é preciso investigar os silenciados, até onde as lembranças são reais, as origens daqueles que falam e de onde falam.

No século XX, a busca pela preservação da memória histórica vem materializar a necessidade que as pessoas têm de preservar as tradições. Ela só começa quando se destrói a memória social. A memória coletiva seria um fenômeno aparente, porque no momento que se materializa a memória na forma escrita, isso já mostra que a tradição coletiva, a vivência, as experiências dos grupos sociais estão desaparecendo.

Assim,

... fica evidente que se o homem contemporâneo fosse capaz de manter a sua própria memória, como faziam seus antepassados, não seria necessário consagrar a ela lugares. Da mesma forma que não haveria necessidade de a história fazer a mediação entre os homens e sua tradição. Portanto, na medida em que a história não faz mais parte da vivência e das experiências cotidianas, se constitui como trabalho da história inventariar os lugares onde a memória estaria ancorada (BREFE: 1996, 112-113).

Na busca de uma justificativa para a necessidade de os sujeitos construírem sua história e se identificarem com ela, transportamo-nos para a realidade local, para refletir sobre a necessidade ou não de uma identidade para o Sudoeste do Paraná, baseada numa “tradição inventada”.

A tradição inventada aqui é utilizada num sentido que inclui tanto as que foram realmente inventadas e formalmente constituídas, como também as que foram impostas artificialmente e recentemente, às vezes forjadas, e se estabeleceram muito rápida e repetidamente. Muitas vezes com o objetivo de impedir o esquecimento de algumas memórias e também mudanças e transformações. A invenção das tradições é “um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBSBAWN: 1996, 12). Quando a história questiona as tradições, quando não há nenhuma identificação com ela, aí a memória se torna objeto de uma história que é possível.

Segundo Hobsbawn, as tradições inventadas são sintomas importantes para detectar problemas, indícios que não poderiam ser percebidos de outra forma. E toda tradição inventada utiliza a história para legitimar ações de um determinado grupo e que depois é utilizada para reescrever e reelaborar como antigas, originais e de características próprias da região.

Atualmente há tentativas de recuperar a memória nas ciências humanas, pois o vínculo com o passado contribui para a formação de identidades. Essa fase em que vivemos, de esvaziamento das lutas políticas e sociais, onde ignoramos todo “o potencial da cultura e da memória como campos de diálogo e de disputas sociais e a desacreditar da vitalidade da reflexão crítica, cabe contribuir para que esse potencial prevaleça” (KHOURY: 2006, 24). Se as discussões sobre a hegemonia cultural colocadas em questão existem e são realimentadas diariamente, também devemos perceber que elas também são contestadas e questionadas e que não está definitivamente instalado, como afirma Khoury.

Quando uma testemunha relembra a história do passado, pode nos dar uma descrição diferente e viva, e não apenas uma memória social privilegiada dentro de um mito ou uma ideologia. É um outro olhar do mesmo fato histórico, mas que também pode enveredar por desvios, preconceitos, falta de verdade. E que pode ter o poder de espalhar sentimentos, idéias, valores que fazem parte da identidade de determinadas classes ou grupos. O historiador precisa, então, saber interpretar tanto as lembranças quanto os esquecimentos, de como eles fazem parte da vida das pessoas, dos traços

muitas vezes determinantes que marcaram uma população de uma determinada região ou espaço no tempo.

Ainda é importante o historiador saber diferenciar quem viveu o passado com consciência histórica daqueles que apenas sobreviveu, para conseguir compreender a visão do mundo de uma determinada época e de uma determinada sociedade. Porque muitas lembranças veem carregadas de ideologias e com a narrativa é possível demonstrar a diversidade do cotidiano, diferentes olhares e até contraditórios, na narrativa do passado.

Não podemos esquecer que a memória, as lembranças partem do presente, e que não pode voltar mais.

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais (BOSI: 2003, 22).

A memória age com liberdade, sempre provocada pelo presente, escolhe os acontecimentos no tempo e no espaço, se relacionando de maneira simples e representadas pelos significados presentes na vida social. Mas, o historiador também tem que estar atento às dúvidas, às indecisões, aos silêncios daqueles que narram essas memórias. Muitas vezes, os esquecimentos e incertezas garantem novos questionamentos e uma nova perspectiva da história.

É preciso lembrar que a produção da memória é muito dinâmica e torna-se necessário muito cuidado na utilização da memória social, investigar seus significados e os silêncios, as origens sociais e políticas e os lugares de onde elas são pronunciadas. Senão, bastaria apenas uma única testemunha para conhecermos a cultura de toda uma comunidade, mas cada pessoa constrói suas memórias de um grande número de grupos e as organiza de maneira particular, já que a memória é social e pode ser compartilhada. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual.

Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-las como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre os campos de memória, e sim dentro deles... a pluralidade fragmentada de diferentes memórias. (PORTELLI, 2002, p.127-128)

Quando o historiador se depara com narrativas perfeitas, sem dúvidas, pode ser apenas uma reprodução pura e simples de modelos prontos. Mas, quando alguém narra uma lembrança carregada de emoção, muitas vezes fragmentada, pode nos aproximar mais da realidade. Quando a pessoa tem esquecimentos, dúvidas, não quer dizer que a

mesma esteja mentindo. Muitas vezes a mentira pode estar em uma narrativa clara, objetiva e direta.

O passado reconstruído através da memória se torna uma fonte do futuro e revela o desejo de retomar o que ficou perdido no tempo, mesmo que isso seja impossível.

Mas a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos. Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida a nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado (BOSI: 2003, 70).

Assim, quando os migrantes se estabelecem em um novo lugar, perdem o contato com a sua paisagem natal. A roçinha cercada de matas, os animais de estimação e do sustento, sua casinha, os vizinhos que conhecia muitas vezes desde a infância, até a maneira de se vestir, que o identificava com seu antigo lugar, se perdem. Eles são erradicados de seus lugares de origem e muitas de suas raízes se perdem, se deparando com uma nova realidade, muitas vezes se tornando desagregados do resto da sociedade por muito tempo. Sobre o vazio dessa desorganização é que a memória de um determinado grupo dominante se projeta e se impõe como social e predominante, para tentar criar outra identidade. Muitas vezes se tornam presas fáceis para determinados grupos que desejam se projetar na política, seja local seja estadual ou nacionalmente.

2. CONCEITUANDO IDENTIDADE:

Segundo o Dicionário Aurélio, “identidade” são os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa. Nesse sentido, a identidade seria uma construção simbólica e não existiria uma identidade verdadeira ou falsa, mas diversas identidades construídas por diversos grupos, em tempos diferentes (ORTIZ: 2005, 08). Na busca de uma justificativa para a necessidade de os sujeitos construírem sua história e se identificarem com ela, é que transportamos o tema para a realidade local, para refletir sobre a necessidade ou não de uma identidade para o Sudoeste do Paraná.

A questão da identidade vem sendo muito discutida na sociedade atualmente. As velhas identidades que estabilizaram o mundo por tanto tempo estão desaparecendo, surgindo novas identidades e fragmentando os indivíduos modernos, que até agora era visto de forma unificada. A “crise de identidade” seria parte de um processo mais amplo de mudanças, que está desestruturando e deslocando as referências que davam uma sustentabilidade aos indivíduos, que é chamada de “descentração do sujeito” (BAUMAN: 2005). Isso vem contribuindo para a fragilidade nas estruturas internas das sociedades modernas.

A identidade se torna um processo móvel, formada e transformada em relação à forma como somos apresentados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam, e a vida moderna nos levaram a muitos questionamentos a respeito dos nossos referenciais identitários. A busca pela definição de uma “identidade autêntica” é uma forma de fixar limites das fronteiras de uma política que procura se impor como legítima. E está ligado à incapacidade de o Estado garantir o bem-estar social, ao sentimento de insegurança cada vez maior e com o desgaste do caráter humano que permeiam a sociedade. Esses fatores são decisivos para o esvaziamento das instituições democráticas e ninguém consegue mais se sensibilizar para as injustiças e a dominação das classes econômicas privilegiadas cada vez maiores no mundo moderno. Toda essa situação gerou uma necessidade de se estabelecer laços sociais de proteção e o retorno ao mundo familiar, particular, construindo cada vez mais barreiras para deixar de fora o outro, seja ele quem for.

Por outro lado, cada vez mais:

...Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN: 2005, 17-18).

Isso quer dizer que a identidade só vai se tornar importante para as pessoas na medida em que ela sentir que está perdendo seu “pertencimento”, quando ele é posto em dúvida. Mesmo que a nossa identidade tenha que ser suprimida e cuidadosamente oculta.

A ideia de identidade, principalmente a nacional, não foi algo construído naturalmente; ela foi “forjada”, nasceu dessa crise de pertencimento do mundo moderno. Ela se tornou um dever, uma obrigação no interior de um espaço territorial qualquer, numa atitude repressiva e de convencimento por parte do Estado, para a consolidação em sua fase de nascimento e maturação. Mas no mundo atual, que move cada vez mais rápido e acelerado, nem a durabilidade da identidade é possível. Até a identidade tem “data de validade”. Nesse “mundo de oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rápidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN: 2005, 33).

2.1 - RECONHECENDO AS DIFERENÇAS ENTRE MEMÓRIA E IDENTIDADE:

Reconhecer a diversidade cultural implica nos depararmos com outras noções e interesses que a sustentam como consenso, solidariedade, individualismos, totalitarismos, direitos culturais, heterogeneidade, cultura, memórias. E reconhecermos e respeitarmos a diversidade cultural nos faz pensar como e se temos questionado o funcionamento atual de relações sociais e como projetamos a organização social futura quando nos recusamos a aceitar as perspectivas paradigmáticas (KHOURY: 2007).

Precisamos entender as diferenças e a diversidade sem perder de vista os questionamentos presente, explicando a dimensão social através de um olhar político, lidando com a experiência social e cultural nas suas diferenças, conseguindo entender processos e memórias nos seus significados que se expressam através de disputas na realidade social dinâmica. Explorar e entender melhor como as lutas sociais se constrói na e pela cultura e tornar mais visível a capacidade dos sujeitos sociais menos destacados ou reconhecidos, com os quais dialogamos.

Se a memória é um fenômeno construído individual e socialmente, e ela é herdada, podemos afirmar que existe uma ligação entre memória e identidade, na imagem que a pessoa constrói ao longo da vida sobre si mesma, que apresenta e quer ser

vista pelos outros. Na construção da nossa identidade, muitos são os elementos importantes: o sentimento de ter fronteiras físicas, de pertencimento social; a continuidade dentro do tempo, físico, moral e psicológico; e o sentimento de coerência, de que esses três elementos estão unidos. Então, podemos afirmar que a memória é um elemento do sentimento de identidade individual e social, na medida em que ela é um fator de continuidade e coerência de um indivíduo ou de um grupo na reconstrução de si. A construção da identidade depende da aceitação, da credibilidade e da negociação com o outro. A memória e a identidade são valores disputados através de conflitos intergrupais, e principalmente entre grupos diferentes.

Muitos historiadores trabalharam para o enquadramento da memória, com o objetivo de formação de uma história nacional. Mas quando ela é suficientemente instituída, amarrada e coerente, os questionamentos externos não conseguem provocar rearranjos ou transformações significativas, nem individual nem coletivamente. Não há uma excessiva preocupação com a memória e a identidade (POLLAK: 1992).

3. CONCEITUANDO HISTÓRIA ORAL:

A História Oral pode ser definida como uma forma própria de narrativa do passado. Ela “expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade...” (PORTELLI: 2001, 14).

Na História Oral, o historiador e o entrevistado se manifestam através dos diálogos gravados, registrados em forma de fontes ou documentos. Ela é uma parte do conjunto de fontes orais e a mais conhecida é a entrevista. É um recurso usado para registrar documentos, arquivos e estudos sobre a experiência social das pessoas e também de grupos. É uma história do “tempo presente”, reconhecida como “história viva”. Depois ela é transcrita e analisada para promover os estudos de identidade e memória sociais.

Apesar de, nos dias atuais, parecer haver uma tendência contraditória em propalar o esquecimento, ao mesmo tempo em que se oferece um ilimitado número de informações, a história oral se justifica para produzir outro olhar, uma “outra história” para além da oficial no estudo das memórias, na construção de identidades e na formação de uma consciência social e não para ser usada para substituir ou preencher lacunas históricas na falta documental.

Mesmo que a História Oral seja um instrumento importante na reconstituição da história, sempre se corre o risco de cair numa ideologização, como se ela fosse o outro lado não revelado da história política, considerada hegemônica. O historiador precisa cuidar para não colocar as suas paixões individuais nos fatos, para não cair no risco de se acreditar o dono da verdade absoluta, como afirma Bosi.

A história oral, através da memória dos velhos, é importante para ser trabalhada como mediadora entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político, etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura (BOSI: 2003, 15).

Segundo Pollak, não há diferença entre fonte escrita e fonte oral. A crítica das fontes deve acontecer com todo material, seja de que tipo for. Pois a construção que fazemos do passado é sempre intermediada pelo documento. A História Oral se tornou um instrumento privilegiado de novas fontes de pesquisa, que obriga o historiador a levar mais a sério a crítica das fontes. Para ele, também há uma grande diferença de histórias, parciais e plurais, mesmo em relação à cronologia. Nem sempre as datas

oficias comemoradas e marcantes para as autoridades são as mesmas para o povo. Isso não quer dizer que o povo não dá importância e não é que não conheça as datas oficiais comemoradas (mas muitas vezes não lembram mesmo), mas é porque uma data pode ser mais marcante para o povo, como uma reforma econômica, uma lei de interesse social, do que uma data de independência nacional, de proclamação da república.

4. DISCUTINDO SEPARATISMO/DIVISIONISMO/EMANCIPACIONISMO:

Segundo o dicionário Aurélio, os significados dos termos “**separatismo**” quer dizer: tendência de certa parte do território dum Estado para separar-se deste e constituir um Estado independente; “**divisão**” é o ato de dividir-se, que marca separação ou limite, “**emancipar**” é eximir-se do pátrio poder ou da tutela, tornar-se independente, libertar-se (AURELIO: 2005, 734, 325 e 337).

Baseando-se nessas definições, podemos afirmar que os três termos teem o mesmo significado. Existe uma grande discussão a respeito do conceito desses termos, porém, o mais importante é definir a origem dessas idéias na sociedade brasileira e também na paranaense. Assim, vamos começar a tratar da região, da necessidade de se redividir territorialmente o país, para entendermos o surgimento das ideias separatistas na região Sudoeste do Paraná.

A região é um território delimitado por marcos fronteiriços que regulam uma unidade jurídico-administrativa em construção, que desenvolve numa determinada população laços identitários, assim como também uma cultura específica, dentro de uma fronteira que delimita um espaço, uma singularidade. Mas as fronteiras também significam exclusão, o limite das diferenças com o outro.

O debate sobre a redivisão territorial brasileira vem desde o século XIX, quando muitos políticos e estudiosos afirmavam a necessidade de reorganizar o território nacional em partes mais ou menos da mesma extensão e com limites naturais.

Porém, ficou apenas no debate e adentrou o início do século XX, quando o Acre foi anexado ao Brasil, como território federal, através do acordo entre o Brasil e a Bolívia (o Tratado de Petrópolis), de 17 de novembro de 1903.

Na Constituição de 1934, tratou-se da criação de outros territórios federais. A necessidade era urgente, segundo muitos políticos e intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX. Principalmente nas fronteiras, onde não havia interesses dos governos estaduais, possibilitando riscos para a soberania do país, como a Coluna Prestes denunciou quando esteve na região oeste e sudoeste do Paraná em 1924. Além disso, a questão que também preocupava os políticos era de que, no futuro, sem a redivisão territorial, os Estados maiores dominassem política e economicamente os pequenos.

Já em 1932, um estudo, cujo título era “O Reajustamento Territorial do Quadro Político do Brasil”, de Teixeira Freitas, comentava as propostas de redivisão

territorial e apresentava uma de autoria do Capitão Segada Viana, com 18 Estados e 10 Territórios. Entre eles, a unificação dos Estados do Paraná e Santa Catarina, formando uma área de 290.000 km², com capital em Curitiba. A capital federal seria em Belo Horizonte.

Das várias propostas de redivisão territorial, a maioria propunha dois tipos de unidades administrativas: os Estados, auto-administráveis e os Territórios, com administração direta da União.

Até hoje, o debate sobre a divisão territorial continua no Congresso Nacional, onde existem vários projetos com propostas de criação de novos Estados e municípios brasileiros. Nos sites do próprio Congresso Nacional, observa-se que os projetos apresentados ali não comportam as reais necessidades de formação de novas unidades federativas no país. O que eles deixam transparecer são apenas os interesses de pequenas elites regionais.

5. O CASO DO SEPARATISMO NO PARANÁ.

5.1 – AS ORIGENS:

As origens dos movimentos separatistas na região sul do Brasil remontam ao século XIX, ainda na época do império, com a Revolução Farroupilha. A influência das idéias republicanas do militar italiano Giuseppe Garibaldi teve grande repercussão junto aos farrapos, na época da revolução, ocorrida entre 1835 e 1845. Chegaram a proclamar a República do Piratini no R.S. e a República Juliana em S.C. “Embora sufocada a revolução pelo então conde de Caxias, os sucessos revolucionários marcaram também profundamente a mentalidade das populações sulistas” (WACHOWICZ: 1985, 119).

Posteriormente, com a proclamação da República, novamente os gaúchos pegaram em armas contra o que eles consideravam a ditadura do marechal Floriano Peixoto, que governava o país. Como o Rio Grande do Sul era uma região basicamente agropastoril, a industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro assustavam os gaúchos. O objetivo dos federalistas era derrubar os novos governantes da república e liderar a república brasileira. Porém, a Revolução Federalista foi massacrada pelo governo federal, mas as ideias separatistas sobreviveram. Muitos fugitivos desse episódio se refugiaram no interior entre Santa Catarina e Paraná, numa região que mais tarde seria palco de mais um conflito, o Contestado. Lá, o monge José Maria pregava contra a República e anunciava grandes calamidades, numa terra de ninguém, disputada pela Argentina e Brasil e por Santa Catarina e Paraná.

Somente em 1895, o presidente dos EUA decidiu a favor do Brasil pelos direitos de posse naquela região. A população local aumentava e ali viviam abandonados à própria sorte, ignorados pelos governos dos dois Estados, Paraná e Santa Catarina. Eram posseiros, peões dos madeireiros, agregados, tropeiros, que viram suas vidas serem arrasadas quando iniciou a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, que passava naquela região. A empresa norte-americana responsável pela construção, Brazil Railway Co, recebeu terras próximas da estrada de ferro na forma de concessão e expulsou os posseiros da região. A situação se agravou e deu início à Guerra do Contestado, em 1912, e que só terminou em 1916.

Nesta época, a ideia separatista aflorou na região - a ideia da criação do Estado das Missões, com territórios tanto do Paraná quanto de Santa Catarina. Somente depois de quatro anos de conflito na região, com grande massacre dos posseiros daquela região

que o governo catarinense percebeu que, sem um acordo, ficaria apenas com um território restrito ao litoral, e o governo federal conseguiu um acordo de limites entre os dois Estados.

A partir da década de 1920, em função das comemorações da independência do Brasil, parte da intelectualidade brasileira começou a discutir e analisar a redivisão territorial, uma vez que havia um grande número de Estados muito grandes e outros muito pequenos. O problema das fronteiras era grave e decidiu-se pelo povoamento delas, através da criação de Territórios. Os políticos e as populações das regiões oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, insatisfeitos com o abandono da região pelos dois Estados e temendo a invasão argentina, que já havia sido denunciada pela Coluna Prestes em meados da década de 1920, queriam a emancipação.

Nessa mesma época (década de 1920), a intelectualidade do Paraná deu início ao movimento “paranista” – unindo artistas, escritores e historiadores em torno da construção de uma identidade própria, divulgando sua história e tradições, acreditando no progresso, no desenvolvimento social e na modernidade, na valorização do Estado por parte daqueles que o adotaram como seu mesmo não tendo nascido nele. Porém, esse movimento ficou restrito à região próxima e na capital do Estado.

Na verdade, o que se viu foi a transposição de um projeto identitário, que seria mais local para o nível total, ou seja: a identidade pretendida para o Paraná adequava-se à sua capital, mas não necessariamente ao restante do território. A “divisão” populacional que se formava, sobressaindo de um lado os imigrantes europeus, próximos à região de Curitiba e de outro, as centenas de paulistas, gaúchos e mineiros que migravam para o Paraná, certamente justificaria a dificuldade em se estabelecer um sentimento de pertencimento à terra paranaense, sentimento esse essencial para a vigência de uma identidade coletiva (BALHS: 2007, 65).

Nesse sentido, a fronteira criada pelos intelectuais paranaenses atuou de maneira formal e não levava em conta outra coisa que não fosse a topografia, a geografia, os interesses econômicos. Não levava em conta a diversidade populacional e o desejo das pessoas de se identificarem com o determinado espaço em que vive. É uma “fronteira imaginada”, forjada no alto de uma pirâmide social, partindo de interesse intelectual e político. (NEUNDORF: 2007, 29)

Já para a população comum, real, que habitam esses espaços, a fronteira é algo prático, como um rio intransponível, uma grande montanha ou uma mata fechada. Esses são os limites conhecidos e aceitos pelo sertanejo, pela população. É o seu sentimento de pertença e de domínio, onde ele sobrevive. Ali ele estabelece aquilo que lhe pertence. E não é uma determinação legal que muda essa visão, esse sentimento.

5.2. O TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU:

Quando Getúlio Vargas assume o poder em 1930, o Estado do Paraná retomou o controle da região de fronteira com a Argentina e o Paraguai e iniciou a nacionalização da região, retomando as terras da companhia BRAVIACO, subsidiária da São Paulo-Brazil Railway Co. e obrigando o uso da língua portuguesa, para impedir a continuação das idéias separatistas naquela região. Mas a reação do interventor paranaense Mário Tourinho foi negativa, ele foi demitido pelo presidente Vargas, mas o mesmo preferiu não se arriscar a perder apoio dos militares paranaenses.

Vargas assinou o Decreto-Lei n. 5812, somente em 13 de setembro de 1943, criando os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá e Iguazu.

O reequilíbrio territorial era proposto porque era uma realidade presente desde o início da colonização portuguesa, com a instituição das Capitânicas Hereditárias. Para eles, era de fundamental importância que essas distorções territoriais acabassem, pois dessa maneira alguns Estados no futuro não predominariam politicamente sobre os pequenos. E alegavam que o Estado Novo implantado no Brasil por Getúlio Vargas era o momento para essa reorganização territorial.

Com seu projeto nacionalista, Vargas preocupava-se com os “vazios demográficos” e com as fronteiras brasileiras. E de forma intervencionista e autoritária criou cinco territórios federais de fronteiras e a ocupação desses “espaços vazios”. Apelou para o sentimento de brasilidade, convenceu o povo de que cada um tinha obrigação patriótica de cuidar desses espaços, numa “Marcha para o Oeste”.

Nas ações do governo a partir do ideal da “marcha para o oeste”, a intenção era a criação de colônias agrícolas, abertura de novas estradas, obras de saneamento rural, construção de hospitais, etc.

Na “Marcha para o Oeste” também existia um interesse em impedir a formação de comunidades exclusivas de estrangeiros no interior do país, vivendo com os costumes e tradições de seus países de origem, e isso exigia alfabetização em português dessas pessoas estrangeiras que formassem as colônias.

Outro motivo alegado por Vargas para o povoamento dos “espaços vazios” era o interesse de países estrangeiros, como Argentina e Paraguai, que já haviam demonstrado cobiça por algumas regiões fronteiriças do sul do país. Isso representava um perigo à soberania nacional. Para impedir esses perigos, Vargas utilizou-se dos meios de comunicação, sendo o principal deles o rádio, para alertar todos os brasileiros e convocá-los a participar efetivamente a fim de evitar isso.

Entretanto, alguns autores afirmam que a criação do TFI por Getúlio Vargas foi para atender interesses dos empresários e das colonizadoras gaúchas, uma vez que no Rio Grande do Sul as terras já estavam ocupadas até seu limite. Para isso, era preciso tirar o controle do Estado da parte oeste e sudoeste do Paraná. O excesso de mão-de-obra gaúcha deveria ser deslocado para ocupar essas regiões que encontravam-se despovoadas ainda.

Com a criação dos territórios federais do Iguazu e Ponta Porã, essas novas unidades políticas ficariam sob a influência do Rio Grande do Sul, tanto política quanto econômicas, o que contrabalancearia a liderança de São Paulo, pelo menos na região sul.

6. A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE/A REVOLTA DOS POSSEIROS-1957.



Fonte: Gravura desenhada por Celma Burille.

Desde o início, a colonização do Sudoeste do Paraná foi feita por vias ilegais. Essas terras estavam em litígio quando a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General

Osório) foi criada em 1943, na ditadura do Estado Novo imposto pelo presidente Getúlio Vargas, que não esperou a questão judicial se resolver e, através de um decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943, deu início ao efetivo povoamento dessa região de fronteira. Preocupado em manter a unidade política no Brasil, Vargas fez a população acreditar que eles eram responsáveis pela construção da nação, com a conquista do território nacional para garantir a segurança das fronteiras (WACHOWICZ, 1985). As necessidades econômicas, juntamente com a idéia de um futuro melhor, proporcionaram o engajamento das pessoas que acreditaram em um Brasil novo, mesmo que fosse autoritário.

A maioria dos que veio para essa região, recebendo terras gratuitas da CANGO, eram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e estava sendo expulsa de lá. Assim:

A forte pressão demográfica dos ítalo-gaúchos promoveu o avanço de um processo de ocupação territorial que se estendeu por todo o norte do estado do Rio Grande do Sul, chegando a meados do século XX, ao sul e oeste catarinense, ao Paraná e, até mesmo, ultrapassando as fronteiras nacionais (VANINI: 2003, 106).

Ao chegarem ao Sudoeste do Paraná, passaram a reproduzir "... ali uma agricultura mercantilizada com base na pequena produção familiar... Migrar para o Sudoeste significava lutar para sobreviver como pequeno produtor familiar" (ZANONI, 1987, p.10).

Os administradores da CANGO, quando se instalaram na região, nem sabiam ao certo o tamanho de seu território, "se abrangia ou não toda a Gleba Missões. O decreto de sua criação dizia que sua superfície não poderia ser inferior a 300 mil hectares, mas não estabelecia o limite máximo". (WACHOWICZ: 1985, 182)

Porém, como essas terras estavam sendo questionadas na justiça, como lembra Lazier, "os seus primeiros habitantes não podiam receber o título de propriedade". (LAZIER: 1997, 135)

Quando, a partir de 1951, chega a CITLA (Clevelândia Territorial e Industrial Ltda.) e, posteriormente, outras companhias particulares na região, se dizendo proprietárias das terras que eles haviam adquiridos, começaram os conflitos na região.

A questão jurídica que envolveu a região sudoeste se tornou complicada, e nem os advogados mais entendidos conseguiam enxergar uma saída ou uma solução viável ou legal. Todos tinham argumentos e ninguém queria abrir mão de seu direito imaginário.

As mudanças constantes nas decisões governamentais sobre a solução para a questão das terras do Sudoeste visavam sempre beneficiar um determinado grupo

econômico, sem que se preocupassem com os maiores interessados – os posseiros da região, os moradores que já estavam aqui há algum tempo, gente sem recursos, o lado mais frágil. Ninguém se entendia, mas ninguém também não se pensava neles, para onde iriam, nessa confusão de interesses que se tornou a região.

Foram anos de luta para tentar provar que tinham direito àquelas terras e que até poderiam pagar por elas, que não a queriam de graça. Mas com preço que achavam justo e não os valores abusivos que as companhias queriam obrigá-los a pagar.

A tomada de Francisco Beltrão, em 10 de outubro de 1957, foi o auge da luta dos camponeses, dos pequenos proprietários, dos posseiros contra os representantes do capital - e do qual o Estado era parte atuante - contra eles. Porém, essa não foi a única cidade que se levantou contra as arbitrariedades das colonizadoras. Os primeiros conflitos ocorreram em Capanema, Santo Antonio do Sudoeste, também em Dois Vizinhos, Verê e Pato Branco. O espancamento de três crianças no município de Verê pelos jagunços da companhias particulares foi a gota d'água que acabou explodindo o movimento na cidade de Francisco Beltrão. Os posseiros foram para as ruas, armados com espingardas e instrumentos de trabalho como enxadas, foices, facões, etc. e exigiram a expulsão das companhias e seus jagunços. Invadiram a sede da Citla, destruíram o escritório, espalhando documentos pelas ruas da cidade.

Naquele ano, os conflitos eram tantos, em todo o Sudoeste, que explodiram revoltas em várias cidades. Em Francisco Beltrão, a situação adquiriu maior complexidade não apenas pelo número de pessoas que participaram do levante, - cerca de 4.000, pessoas -, mas porque nesta cidade ficava a sede da Citla, o contato com os jagunços era mais constante.

As companhias e os jagunços foram expulsos da cidade e da região, e os posseiros, aglomerados na praça da cidade, esperando o desfecho da confusão, passaram a comemorar, carregando seus instrumentos de trabalho e de defesa, e a Bandeira Nacional pela praça da cidade.

Os camponeses enfrentaram jagunços que representavam os grandes capitalistas, também interessados nas mesmas terras. Resistiram e se articularam para expulsá-los, para se estabelecerem ali definitivamente.

Segundo Lazier, "pode-se afirmar que era o Grupo Lupion, através da CITLA, Apucarana e Comercial, com seus jagunços acobertados pelo poder público estadual, encarregados de arrancar dinheiro dos posseiros, utilizando todas as formas de arbitrariedades". (LAZIER: 1997, 56).

Para a Citla, com seus interesses alheios aos da população local, o levante de 1957 foi considerado uma “baderna”.

Mas, da vitória até a legalização das terras do Sudoeste, levaram ainda alguns anos de incertezas, percorreu-se um longo caminho nas negociações com o governo federal, só resolvido em 1962. Naquele ano, o presidente João Goulart criou o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), órgão subordinado diretamente à presidência da República, para começar a efetivar a legalização dessas terras.

O Getsop enfrentou algumas resistências por parte dos posseiros da região e os trabalhos, para continuar, tiveram de ser acompanhados pelo Exército, por ele ser de grande aceitação e de confiança entre os posseiros. Mas conseguiu regularizar todas as terras na região, inclusive respeitando as demarcações iniciais da Congo, para evitar novos conflitos.

7. A IDÉIA DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO IGUAÇU (1968 e 1993):

Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto de poder depois de 15 anos. Em 1946 seria votada uma nova Constituição e os políticos paranaenses mobilizaram-se para aprovar uma lei nas “disposições transitórias” para acabar com o Território Federal do Iguaçu.

Segundo Wachovicz:

O Iguaçu foi um território criado para ser colonizado preferencialmente pelos gaúchos. Já desde o início, na presidência do paranaense Garcez do Nascimento, a rivalidade da população gaúcha com a paranaense se fazia sentir. Nos poucos anos em que existiu o território, a população local de procedência paranaense era ainda maioria. Existia também uma frente paranaense que se expandia em direção ao oeste e sudoeste (WACHOWICZ: 1985, 153).

A volta das idéias separatistas era apenas uma questão de tempo, já que a população das regiões do Território do Iguaçu tinha dúvidas sobre as vantagens de voltar a pertencer ao Paraná e Santa Catarina, já que os mesmos sempre foram omissos quanto àquela região. Para a população do oeste era melhor ser iguaçuano, pois o desenvolvimento da região estaria mais garantido.

A década de 1950 teve um grande fluxo de migrantes gaúchos e catarinenses para a região. E essa predominância indicava que em algum momento a idéia separatista poderia voltar, na forma de tentativas da criação de um Estado do Iguaçu. E voltou já na década de 1960.

É importante discutir a “falta de identificação” da população da região, muitas vezes acusadas pelas outras regiões do Estado de fomentar divergências em torno dos interesses de determinados grupos políticos, que fez com que a idéia da criação de um novo Estado desenvolvesse no meio da sociedade local, que houvesse uma tentativa forçada e artificial de constituição de uma memória única, ancorada na afirmação de uma identidade homogênea da região.

A área proposta para o Estado do Iguazu continuava basicamente a mesma do antigo Território Federal do Iguazu, com algumas pequenas mudanças. Seu objetivo, segundo seus organizadores, seria dar uma homogeneidade social, cultural e histórica à região do futuro Estado, já que acreditavam que a região era composta majoritariamente de descendentes italianos e alemães. Também desejavam contemplar as questões históricas da região, que a tornava diferente das outras do Estado, quais sejam, a Guerra do Contestado, a Questão de Palmas ou Missões e também a Revolta dos Posseiros.

Nos anos de 1960, no vácuo que surgiu com a demora para a legalização das terras do Sudoeste, o projeto se intensificou com o movimento pela criação de um novo Estado.

Em 1962 foi criada uma Comissão Executiva pró-Criação do Estado do Iguazu (CODEI), com 25 membros, sendo 13 comerciantes, 04 advogados, 03 contadores, 03 industriais, 01 dentista e 01 engenheiro. Assinaram a Ata de fundação 158 pessoas presentes. Mas eles tinham que vencer uma grande barreira imposta pela Constituição, que responsabilizava as Assembleias Estaduais a convocar plebiscito para criar novas unidades federativas. E dificilmente isso ocorreria em Santa Catarina e no Paraná.

Em 1967, com a nova Constituição aprovada, o Congresso Nacional, com aprovação do presidente, ficou responsável pela criação de novos Estados. Esse fato animou os líderes do movimento separatista no sudoeste e oeste paranaense e oeste catarinense.

O movimento cresceu e, no ano seguinte, em 21 de abril de 1968, foi criada a Sociedade Para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguazu (SODEI), em Pato Branco, Sudoeste do Paraná. A entidade nasceu com o objetivo claro de lutar por uma nova unidade federativa no sul do país.

A SODEI, de acordo com seu fundador Edi Siliprandi, organizou muitas reuniões e encontros públicos e secretos, por causa da ditadura militar que existia no país, que perseguia, dispersava os separatistas, impedindo-os de realizarem assembleias. Segundo ele, só por serem muito persistentes é que a ideia separatista teria surgido.

Nos anos de 1960, o movimento pela criação de um novo Estado foi interrompido pela instituição do Ato Institucional (AI-05), de 1968, quando o Governo Militar proibiu reuniões e manifestações populares.

O Estado do Iguazu foi um sonho de um grupo político que não representava os interesses da maioria da população, que eram de agricultores. Foi um movimento que surgiu na cidade, de maioria de empresários e comerciantes, e que não alcançou seus objetivos por ter se desenvolvido à margem de seus interesses maiores.

O movimento só voltaria com o retorno à democracia, em meados dos anos 1980 e se intensificaria no início dos anos de 1990, com outros personagens e outros objetivos. Porém, esses movimentos representaram dois momentos que têm ligação entre si, na medida em que tinham como objetivo primordial a criação de um novo Estado no Sul – o Estado do Iguazu.

Contudo, os dois movimentos são diferentes entre si, já que em 1990 observa-se que os motivos seriam particularmente de interesses políticos, uma vez que a maioria das reivindicações da população daquela região já havia sido atendida ou estavam sendo viabilizadas pelos governos estadual e federal.

O centro das decisões do movimento havia se deslocado de Pato Branco para Cascavel, porque seu líder Edi Siliprandi se mudou para lá. Ocorreu uma cisão dentro do próprio grupo, apesar do prefeito daquela cidade, Clóvis Padoan, continuar sendo uma liderança forte na região Sudoeste.

Edi Siliprandi, líder do movimento separatista desde a década de 1960, residente agora em Cascavel, na região Oeste, foi eleito deputado federal em 1989 e, em 28 de novembro de 1991, deu entrada na Câmara Federal ao projeto 141/91, que propunha a realização de plebiscito para a criação do Estado do Iguazu. Até a sua votação, em março de 1993, os políticos aliados da região fizeram campanha em todo o Paraná para conseguir apoio, porém ele foi rejeitado por 117 votos contra, apenas 90 a favor e contou com 13 abstenções, em 31 de março de 1993. Com a derrota do projeto, os envolvidos na questão da criação do novo estado acreditavam que muitos deputados que votaram “não” ao PDL-141/91, o fizeram apenas por obrigação. Mas depois de anos de luta tidas como inglórias, não conseguindo convencer com sua proposta separatista, o movimento arrefeceu.

Para os separatistas, o Estado do Iguazu só não deu certo por causa da união dos paranaenses e catarinenses contra seus interesses. Isso soa contraditório, pois esse deveria ser o sonho de todos e não somente de um grupo. Para Siliprandi, os

oposicionistas “combateram com ódio e crueldade o instituto mais democrático que evocaram os emancipacionistas: o plebiscito”. Para ele, essa posição era contraditória, pois era uma manifestação do povo e o que houve foi manobra e atitudes mesquinhas de políticos paranaenses, que não se importavam com essa região, como Aníbal Khury, José Richa, Euclides Scalco, o governador Roberto Requião, seu vice Mário Pereira, o cascavelense Deni Schwartz, etc.

O ex-deputado estadual Aníbal Khury liderou a oposição ao separatismo no Paraná, com o movimento “O Paraná é Indivisível”, juntamente com clubes de serviços, associações, sindicatos, jornais, representações de categorias como a Ordem dos Advogados do Brasil. Uma das suas argumentações mais recorrente era o elevado gasto financeiro que o País arcaria com a implantação de tantos órgãos públicos, sedes e funcionários públicos para o novo Estado. Além disso, alegavam que a posição geopolítica do novo Estado seria desfavorável.

O presidente do Legislativo, no mesmo discurso de abertura dos trabalhos de agosto de 1992, afirmou que a posição majoritária, unânime da Assembleia seria negativa em relação ao Projeto 141/91. Para ele, o Paraná não permitiria de forma pacífica, ceder nenhum pedaço que fosse do seu território. Um território que foi conseguido pelos curitibanos do passado, através da expulsão dos indígenas e dos espanhóis. De forma exagerada, proclamou na Assembleia:

O Paraná repelirá como repele neste momento, qualquer tentativa de mutilação de seu território. Resistiremos ancorados em nossos direitos e com a mesma bravura, a mesma alternativa cívica que nos fez uma identidade regional respeitada (...) repeliremos com a coragem de nossos pais e o compromisso para com nossos filhos. Como o guerreiro Guairacá, proclamamos e sustentamos aos oportunistas, aos desavisados, aos aventureiros, que “O Paraná é Indivisível”, porque “esta terra tem dono!”. (O Paraná é Indivisível, 1992, p.09).

Comparando a luta dos índios liderada por Guairacá para expulsar os invasores espanhóis, o deputado omitiu o fato de que os portugueses, da qual o Paraná Moderno tem origem, também eram os invasores séculos atrás, juntamente com aqueles. Ou seja, agora os paranaenses, que já foram os intrusos, estariam lutando contra outros (os separatistas) que queriam invadir essas terras. É preciso destacar os usos políticos dos símbolos e personagens históricos por parte dos políticos, que os retiram do contexto histórico para atender interesses particulares.



Fonte: Gravura desenhada por Celma Burille.

Localização na região Sul do país do estado do Iguazu.

7.1 - A PARTICIPAÇÃO DO SUDOESTE-FRANCISCO BELTRÃO:

O Sudoeste do Paraná teve uma participação pouco relevante nas discussões sobre a separação da região. Uma das principais cidades, Francisco Beltrão, a princípio ficou de fora do movimento, porém, Edison D. SILIPRANDI afirma o contrário em seu livro de memórias sobre o movimento:

Quando da expectativa do polemico projeto do plebiscito, que entraria em pauta para votação, os prefeitos das 30 cidades que integravam a AMSOP (Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense), encaminharam carta de apoio a deputado Edi Siliprandi (PDT-PR) carta de apoio ao esforço do parlamentar pela aprovação do plebiscito na região iguaçuana dos estados de Santa Catarina e Paraná, para decidir pela emancipação política e formação do Estado do Iguazu. (...) Foram os seguintes municípios autores do manifesto de apoio: Ampére, Barracão, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Clevelandia, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Prata do Iguazu, Palmas, Pato Branco... (SILIPRANDI: 2000, 73-74)

A AMSOP é uma associação que integra os municípios do Sudoeste do Paraná e foi criada em 17 de fevereiro de 1968, na época do primeiro grande movimento separatista ocorrido no oeste e sudoeste do Paraná. Com sede em Francisco Beltrão, o objetivo da sua criação era exatamente fortalecer os municípios, atuando como uma incentivadora do seu desenvolvimento e na:

“... defesa dos interesses da Região, a fim de assegurar a ela o bem estar econômico e social. E que deveria A Associação se fazer presente em todas as ocasiões em que a União e o Estado se projetar, discutir ou determinar medidas governamentais dirigidas a qualquer um dos municípios membros, filiados à Associação”. (ATA DE FUNDAÇÃO DA AMSOP: Janeiro de 1969).

Em relação a essa carta de apoio dos prefeitos dos municípios integrantes da AMSOP, em 1992, da qual se refere Edison Siliprandi, não encontramos a comprovação de documentação alguma, ou seja, a ata de aprovação dessa decisão. Portanto, o único lugar que faz referência quanto à participação de Francisco Beltrão ao movimento separatista é nesse livro, pois nem mesmo na Câmara de Vereadores e na Prefeitura da cidade obtivemos qualquer documentação relativa ao fato.

7.2 - A IMPRENSA NO MOVIMENTO:

Analisando os textos jornalísticos da época do último movimento separatista ocorrido na região do Sudoeste e Oeste do Paraná, verificamos que a imprensa regional se dividiu quanto ao tema em discussão.

Na Gazeta do Sudoeste, de Pato Branco, um ano antes do projeto de lei ser apresentado em Brasília, o vereador daquela cidade, Nereu Faustino Ceni já discutia a preocupação sobre o mesmo. Pedia ao deputado federal Edi Siliprandi informações sobre o referido projeto, já que a criação do Estado do Iguazu era:

“uma bandeira que atrai e causa contrariedade junto ao povo sudoestino, especialmente a nós, pato-branquenses”. Para Ceni, caso venha a ser aprovado “o Estado do Iguazu causará inúmeras alterações na vida do nosso povo, sendo dever da Câmara estar bem informada sobre a quantas anda o referido projeto de lei junto a instancia decisória da questão (GAZETA DO SUDOESTE: 24-11-91, 6).

No Jornal Correio do Paraná, de Pato Branco, o editorial apoiava claramente, pois afirma no início:

O Movimento Pró-Criação do Estado do Iguazu é absolutamente apolítico, e como tal acima de todas as cores partidárias. Não é também um movimento contra quem quer que seja e muito menos contra os Estados do Paraná e Santa Catarina. É uma manifestação legítima a favor do restabelecimento do antigo território do Iguazu, na condição de um novo Estado da Federação (CORREIO DO PARANÁ: 28-11-91, 2).

Para o jornal, era natural a região reivindicar o Estado do Iguazu, já que também afirmava o total apoio da população em todas as cidades do Sudoeste e Oeste do Paraná.

Nos jornais da cidade de Francisco Beltrão, não houve qualquer manifestação e nem artigos assinados. Apenas algumas notinhas falando sobre a votação da Lei 141/91 na Câmara dos Deputados e, posteriormente, sobre a derrota. Sem comentários, críticas ou posicionamentos contrários ou a favor.

O governador da época, Roberto Requião, condenou o projeto, através do Jornal Gazeta do Sudoeste, no dia 31-03-93, data da votação na Câmara dos Deputados,

em Brasília-DF, afirmando que era uma “jogada oportunista” para trazer mais gastos para as populações pobres, já que seria necessária a construção de toda infra-estrutura estadual, como Assembléia Legislativa, uma polícia civil, governo, etc.

Na edição dos dias 03 e 04 de abril de 1993, o jornal a Gazeta do Sudoeste trouxe um artigo na página 03, sem assinatura, com a sugestão de Jácomo Trento e, segundo ele, já aceita pelos simpatizantes do movimento da criação do Iguaçu, de a população ir às urnas para o plebiscito, mesmo tendo sido derrotada, para anularem seus votos no dia 21 de abril daquele ano. O ex-líder da Revolta dos Posseiros em Pato Branco queria que a população mostrasse com isso que a campanha continuava viva, apesar da derrota no Congresso. Pelo visto, a idéia não vingou, pois não houve o tal plebiscito na região a ser desmembrada.

Na edição de 06 de abril do mesmo jornal, na sessão de Carta, o leitor e cidadão paranaense de Capanema publicou um artigo em que questionava os motivos do movimento liderado por Edi Siliprandi:

... Será que temos condições de decidir com segurança sobre o que é melhor ou pior nesta questão? Pessoalmente não tenho. E mais, desconfio que seja essa a intenção dos pregadores do “Iguaçu” (...) querem é que decidamos emocionalmente, que votemos pelo coração e não pela razão (...) Pois vejamos: nenhuma vez se propôs um debate honesto sobre a viabilidade da criação do Estado do Iguaçu, não foram discutidos os custos da instalação e os recursos para o custeio da chamada máquina estatal que seria montada (GAZETA DO SUDOESTE: 06-04-91, 02).

É bom destacar que, procurando desde 1991 na imprensa regional ou estadual, não conseguimos encontrar nenhuma outra, além dessa manifestação popular. Percebe-se aí o distanciamento da mesma em relação ao debate sobre o projeto do novo Estado.

Nesse sentido, com a falta de respaldo popular percebida também nas entrevistas, observamos que a população encontrava-se, senão distante dos debates sobre a criação do Estado do Iguaçu, pelo menos desconheciam os verdadeiros motivos dos seus líderes, acusados muitas vezes por uma parcela da população como oportunistas em busca de cargos políticos que, de outra maneira não conseguiriam, já que eram adversários da maioria dos políticos que estavam no poder estadual nos dois Estados envolvidos.

Na capital do Estado do Paraná, Curitiba, o Jornal Gazeta do Povo tomou para si a responsabilidade de fazer campanha contra o movimento e a aprovação da lei do plebiscito para a criação do Estado do Iguaçu. Segundo o Jornal, era ilógico, absurdo, oportunismo de um pequeno grupo que se aproveitava da população para chegar ao

poder. E também contra a realização do mesmo em apenas 65 municípios do Paraná e Santa Catarina, representando apenas 20% da população envolvida.

Ainda na Gazeta do Povo, edição do dia 28 de março de 1993, num artigo sem assinatura, demonstrando a posição francamente clara do mesmo, anuncia em manchete: “PR E SC se unem contra separatismo”, advertindo que o próprio presidente da época, Itamar Franco, estava contrário ao projeto de separação, pois se sentia pressionado pelo movimento no seu próprio Estado, pela criação do Estado do Triângulo. Na mesma data, na matéria intitulada “Meta seria uma nova nação”, segundo o Jornal, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina adverte:

Ao analisar o projeto de separação intentado pelo deputado Edi Siliprandi”... em estudo realizado com a participação dos principais historiadores catarinenses, a entidade analisou a formação histórica do território meridional do Brasil, para negar qualquer legitimidade a uma eventual separação da “Região do Iguaçu” (...) os separatistas que querem criar um novo estado, e os separatistas que querem criar uma nova nação, são gêmeos, professam a mesma ideologia – anunciando uma nova terra de promessa – e desejam a ruptura da unidade nacional. (GAZETA DO POVO: 28-03-93)

Essa era um outro motivo argumentado pelos que eram contra a divisão do Paraná. Esse “contra-movimento” tinha o apoio da maioria dos políticos mais ligados à capital.

7.3 - AS MEMÓRIAS SILENCIADAS:



Fonte: Gravura desenhada por Celma Burille.

Localização no PR da região do Iguaçu.

As narrativas das pessoas entrevistadas demonstram que tinham pouco conhecimento sobre os movimentos de separação ocorridos no Sudoeste do Paraná. É

verdade que encontramos pessoas que se lembravam tanto do primeiro movimento, em 1968 quanto do último, ocorrido no início da década de 1990. Principalmente, quando da votação da Lei 141/91, do deputado paranaense Edi Siliprandi, eleito com a bandeira do separatismo pela região Oeste do Paraná. Porém, é verdade também que a maioria das pessoas afirmou que não havia participação popular, que o povo ficou sabendo “apenas por ouvir dizer”, que o povo não foi consultado, que era um assunto discutido predominantemente entre os políticos. A narrativa do Sr. C. A. S., 57 anos, nascido no RS, que veio para o PR, residente na zona rural de Francisco Beltrão, distrito de Nova Concórdia desde 1953, quando aqui chegou com seus pais, com 02 anos de idade, destaca essa importância. Filho de madeireiros e agricultores, estudou em colégio agrícola, fez faculdade de matemática em Guarapuava, mas não concluiu a mesma, porém foi professor por 14 anos. Candidatou-se a vereador da cidade de Francisco Beltrão, em 1988. Hoje está na sexta legislação e lembra daquela época assim:

Esse comentário sempre existiu, né... da divisão, da... do oeste do PR., sudoeste, oeste de SC e uma parte do MT [hoje MS]... Era muito comentado na época... Tinha os prós e os contra. Entre os políticos... na população em geral, tinha muita gente favorável a isso. O Paraná era muito discriminado, o governo do estado do Paraná, principalmente, né, a nossa região foi a última a ser desenvolvida. A última... que imaginava, a última que entrou canal de televisão, a última que chegou um pedaço de asfalto, a última em tudo... Na época nós estava bem mal representado no governo do Estado e governo federal, né. Então nesses termos aí que fomos totalmente esquecidos. O sudoeste do PR pecou muito por não ter lideranças antes, né. Existia, mas não pensava no sudoeste, pensava no todo (Entrevista concedida em 24/11/2008, em Francisco Beltrão).

A entrevistada L. O. D., 50 anos, nascida em Francisco Beltrão, também se recorda daquela época, mas esclarece que era proibido falar daquele assunto, pois era época da ditadura militar:

Naquela época era proibido falar qualquer assunto político que envolvesse porque, na verdade, ainda estávamos na época dos militares e... a gente, até os estudos era meio barrado, sobre política, porque nós não tínhamos o direito de fazer isso... Nós começamos a ser mais abertos à questão só mais tarde. Antes disso não tínhamos acesso a essas informações (Entrevista concedida em Francisco Beltrão, em 24/11/2008).

Essa proibição pode ter contribuído para a ausência de discussão entre a população, uma vez que as pessoas tinham medo de se expor, mesmo que estivesse numa região tão distante e tão remota dos grandes centros e, conseqüentemente, do controle das autoridades militares. Como afirma o Sr. R. B., de 77 anos, residente na cidade de Verê,

“...eram chamados de quinta coluna [comunistas]” (Entrevista concedida em Alto Verê, em 25/11/2008).

Quando o movimento voltou com mais força no início da década de 1990, C.A.S. relembra:

É, com o deputado Edi Siliprandi, né, ergueu uma bandeira que queria realmente emancipar o Estado do Iguaçu, né. Houve um movimento forte que também, várias pessoas trabalhando... a gente sabia, a tendência é que quem é dono do Estado não quer desmembrar, né... (Entrevista concedida em Francisco Beltrão, em 24/11/2008).

Sobre sua posição de antes e de hoje, ele afirma que era a favor na época [1993]. Mas, que na Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão não houve manifestações nem pronunciamentos nesse sentido, que o manifesto na cidade foi bem acanhado.

L. O. D. também se recorda da volta do movimento no início da década de 1990:

... a gente... nesse período, foi a época que eu entrei no serviço público. Então foi assim uma fase que eu não estudava na época, mas a gente assim, já ouvia mais televisão, tava mais por dentro do movimento, do qual queriam separar a região sul, fazendo outro estado (Entrevista em 24/11/2008).

Existe uma gama de interpretações sobre esse assunto, e houve uma dificuldade grande nas lembranças de muitos entrevistados. A memória coletiva é mais completa, porém quando é necessária a lembrança individual, as pessoas têm dificuldade em encontrar muita coisa relevante que tenha vivido naquele passado. A memória se faz na individualidade e, portanto, encontramos muitas confusões. Podemos confirmar essa confusão em algumas falas, como da Sra. L. O. D. sobre o motivo porque queriam separar a região:

“na época era bem contraditório, eles alegavam que tinham toda uma infra-estrutura para sustentar todo o restante do país... Era mais conchavos políticos, envolve muita gente, os grandes é que decide pelos pequenos, na época viu-se que era inviável, mas a população não foi consultada... a maioria da população gostaria que fosse separada... Porque, de qualquer maneira a gente passava a ganhar com isso, mas aí veio a questão, Curitiba não investia aqui... Se fosse hoje, eu acredito até que daria. Hoje nós temos muitas fábricas... mas não é viável, a agricultura é muito forte... o interior [termo regional para designar zona rural] hoje é muito forte”. (Entrevista em 25/11/2008).

Ou, como lembranças como as de M. C. S., 52 anos, gaúcha, residente em Santa Izabel do Oeste até meados dos anos 1980 e hoje residente em Francisco Beltrão. Ela se lembra com muito mais facilidade, como uma presença muito mais marcante em sua vida quando ocorreu a “revolução de 1964”:

Eu tava na terceira, quarta série. A época da ditadura militar, eu lembro... a revolução de 64, eu tava trabalhando lá na dona Liege. Acho que tinha uns 7, 8 anos? (pergunta pra mãe) 09 por aí e a d. Liege pegou e falou que ia acabar o mundo, eu quase morri. Ela me mandou pra casa,

cheguei em casa, falei pra mãe, a mãe não sabia de nada! (Entrevista concedida no sítio, Rio Tuna, 22/11/2008).

Alguns entrevistados deixaram clara a ignorância em relação ao tema, nas duas épocas diversas. A Sra. L. B. S., 50 anos, por exemplo, nascida no RS e residente no PR desde os 19 anos, em Mariópolis, deixa claro que não soube de nada na época e que somente hoje sabe que existiu aquele movimento no passado:

(...) Mas eu não me lembro de nada (...) naquela época eu não lembro de ter escutado falar, não lembro (...) A gente nem ouviu falar, naquela época (Entrevista em 27/11/2008).

Entre os entrevistados e pessoas com quem falamos informalmente sobre o tema nesses seis meses da pesquisa, alguns até confirmam que deveria ou que gostaria que fosse criado o Estado do Iguaçu ou outro país na região sul, englobando PR, SC, RS e até parte do MS. Porém, sabem que hoje seria quase impossível essa idéia animar quem quer que seja no Estado. Mesmo em 1992, a maioria acha que não foi possível envolver a população porque a situação do Sudoeste já estava visivelmente transformada, e para melhor. Com uma infra-estrutura de boa qualidade, possibilitava o encurtamento das distâncias, seja em relação a outras regiões, seja em relação à capital do Estado.

Para o Sr. R. B., 77 anos, de Verê, o movimento justificava nos anos 1960 por que:

(...) naquela época, que era pra defender um povo, que era um povo sofrido, que vinha a pé de Pato Branco, ou de carroça, precisava fazer, só emancipar o Estado pra sede da capital ficar perto e a evolução caminhar (Entrevista em 25/11/2008).

Sobre o movimento no início dos anos de 1990, ele acredita que não teve sucesso por que:

“... ali a Sra. sabe, uma boa parte era a favor, a outra parte não aceitava porque achava que tinha estrada, anos 90 já tinha asfalto e achava que... viam mais... uma Câmara de Deputados, que é um custo alto demais, um secretariado, um governo, achava que calava muito o suor do povo. Então ficando um Estado maior, com uma equipe só, diminuía os custo, podia não calar os impostos do nosso povo, não é verdade? (Entrevista em 25/11/2008).

Por outro lado, é importante destacar que a origem da maioria da população acima de 50 anos com quem conversamos nessas regiões do Sudoeste do Paraná, é do Rio Grande do Sul, descendentes ou de italianos ou de alemães, e fica evidente a necessidade deles em afirmar essa identidade de origem européia, que eles mesmos não sabem qual é, já que não tiveram qualquer contato com o país de origens de seus antepassados. Percebe-se que há discriminação em relação aos moradores mais antigos

da região, chamados por eles de forma pejorativa de “caboclo”. Afirmam categoricamente que o desenvolvimento do Sudoeste só foi possível porque para cá vieram esses “desbravadores”, com o objetivo inicialmente de explorar a madeira que existia na região em abundância. Posteriormente, passaram a desenvolver a agricultura e a pecuária. E a presença dos caboclos inviabilizava esse projeto, sendo necessária a sua expulsão do lugar, para a chegada do “progresso”, como muitos afirmaram. O caboclo não saberia produzir a terra como o colono descendente dos europeus, que trouxe esse conhecimento de seus antepassados, dos seus países de origem. Por outro lado, os entrevistados deixaram claro que esse não teria sido motivo para justificar a criação de um novo estado nessa região. Para eles, o motivo seria a distância dos grandes centros, das capitais dos dois estados – Curitiba e Florianópolis. Tanto que, em 1993, muitos que antes eram a favor do movimento, já não acreditava mais nele. Não encontravam mais motivos para apoiá-lo, já que a região sudoeste havia conseguido uma importância grande nas decisões governamentais, um desenvolvimento bastante satisfatório e não seria necessária uma atitude tão radical, como a criação de um novo estado. A representação política da região também cresceu consideravelmente, o que facilitava a vinda de benefícios para essa região. C. A. S., de Nova Concórdia enfatiza, a esse respeito:

Hoje teria que pensar duas vezes. O sudoeste, demos uma deslançada... houve um direcionamento no progresso, os governantes pensaram vamos assim, desenvolver aquela região senão vamos perder. Ou ajudamos ou perdemos. Então, nesse sentido o sudoeste deu uma crescida, foi emancipado municípios que deu certo, pega uma Flor da Serra do Sul aí... hoje 35a uma potência... briga de igual pra igual, município mais antigos, né (Entrevista em 24/11/2008).

Também o Sr. J. T. S., 52 anos, de Francisco Beltrão, deixa claro:

Eu era, era a favor... era a favor porque vivemos aqui, criamos e quem não quer desenvolver a região? Todo mundo quer! E a expectativa que foi vendida pra nós é que seria positivo. Hoje não sei se isso seria, teria que analisar se seria positivo ou não (...) Era mais gasto, mais despesa, hoje se a gente for analisar, não sei se hoje eu seria favorável, por esse aspecto, político, mas economicamente seria muito bom pra região (Entrevista em 07/12/2008).

Com relação às expectativas de desenvolvimento e benefícios conseguidos pela região do Sudoeste do Paraná, muitos entrevistados lembram a grande representação política da região, tanto a nível estadual quanto federal, como destaca o Sr. J. T. S.:

(...) se viesse isso hoje, pra se formar o estado novamente, eu acho que teria muito mais possibilidade de conseguir, justamente pela força política, pela força da região, né (Entrevista concedida em Francisco Beltrão, em 07/11/2008).

Ou como o a Sra. L. O. D. enfatiza:

a agricultura é muito forte... o interior [zona rural] hoje é muito forte em todos os estados brasileiros, as fábricas tão se expandindo mais pro interior, hoje a infra-estrutura é muito grande, hoje saindo daquela... daquele foco capital, então ta indo mais pras cidades pequenas, não tem mais só as cidades grandes, o interior ta sendo mais visto hoje, com mais expansão dos negócios, então eu acho que não seria mais viável (Entrevista em 24/11/2008).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DO IGUAÇU:



Fonte: Gravura desenhada por Celma Burille.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O projeto de aspiração homogeneadora, que se percebe no interior dos dois momentos em relação aos movimentos de criação do Estado do Iguazu demonstra que um grupo de políticos se colocou no papel de convencer a população de toda uma extensa região, que englobava parte de dois Estados, Paraná e Santa Catarina, para criar um novo núcleo federativo. Esse grupo se aproveitou da fragilidade em relação à identidade das pessoas que aqui haviam chegado recentemente, e que tinham perdido seu elo identitário com o passado e buscava ansiosamente criar raízes nesse lugar. Para isso, o grupo organizou reuniões, elegendo até mesmo um representante para defender a causa a nível federal das decisões, para conseguir apoio para seus ideais e assim, realizar o objetivo almejado. De acordo com a memória apresentada pelo grupo pesquisado, eram homens que resistiam ao poder estabelecido e representado pelo Estado, pois tinham interesses econômicos particulares e em cargos políticos que, de outra maneira, não conseguiriam.

Esses movimentos separatistas agregaram interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes, mas não chegou à população de imediato e nela não encontrou respaldo.

Em 1991 e 1992, a população não apoiou totalmente o projeto, apesar da grande presença de caravanas da região em Brasília, levadas pelos líderes do movimento Pró-Estado do Iguazu, na época da aprovação da lei 141/91. A população desconhecia os verdadeiros motivos do projeto, era um movimento muito mais político do que popular. Talvez esteja aí a fragilidade dele!

O líder maior do movimento, o deputado Edi Siliprandi ainda afirmou, depois de alguns meses, em algumas reportagens a jornais da região que o movimento não morreria. Além de Jácomo Trento, um dos ex-líderes da Revolta dos Posseiros em Pato Branco, que também afirmava que a campanha continuava viva. Porém, a despeito dessas afirmações, o que se observou é que o movimento arrefeceu, até desaparecer totalmente da mídia e das conversas políticas. Hoje são poucas as pessoas e os políticos que se aventuram nessa seara de discussão da criação do Estado do Iguazu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** (Tradução Denise Bottman). São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense.** Curitiba: UFPR, 2007. Tese de Doutorado.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Jorge Zahar Edit.: Rio de Janeiro, 2005.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória – uma trajetória intelectual.** In: HISTÓRIA: QUESTÃO & DEBATES. Ano 13 – n.24. Curitiba: APAH, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história - ou o ofício do historiador.** São Paulo: Jorge Zahar Editoras, 2001.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da História – novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.
- CHAGAS, Mário. **Cultura, patrimônio e memória.** Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, centros de documentação e museus: textos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução.** (Tradução de Luis Carlos Borges). São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- DOSSE, François. **A história.** São Paulo: EDUSC, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-dicionário da língua portuguesa.** 6. edição revisão atualizada. Curitiba: Posigraf, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral.** 5. edição. Rio de Janeiro: Editora G.V., 2002.
- GARCIA CANCLINI, Nestor. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** (Tradução de Luiz Sérgio Henriques). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade.** DP e A Editora: RIO DE Janeiro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Cia.das Letras, 2005.
- HOBBSAWN, E. e RANGER. Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KHOURY, Yara Aun. **O historiador, as fontes orais e a escrita da história**. In: MACIEL, Laura Antunes e outros (orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Editora Olho D'Água, 2006.

_____. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história**. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho D'Água, 2004.

LALA, Rafael de. **Paraná, a vitória da unidade**. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: Curitiba, 1993.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos vidas entrelaçadas: Trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná**. Curitiba: Casa Editorial Tetravento, 2005.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LOPES, Sérgio. “O Estado do Iguaçu”: A Trajetória de um Movimento. Revista Informe Gepec. <http://www.unioeste.br/cursos/toledo/revistaeconomia/> - 2004.

_____. **O território do Iguaçu no contexto da “marcha para o oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A história cativa da memória**. N.34. São Paulo: Revista Inst. Históricos Brasileiros, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Constituição** – República Federativa do Brasil, 1988.

NEUNDORF, Alexandre. **A questão de limites e a construção identitária paranaense**. Curitiba: UFRP, 2006. Monografia.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol.5. n.10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Gênero**. São Paulo: Edit. Científica, 2001.

_____. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. 5. edição. Rio de Janeiro: Editora G.V., 2002.

_____. **A Filosofia e os Fatos**. Tempo, vol.1, n.02, Rio de Janeiro: 1996, p.55-72.

SILIPRANDI, Edison Duka, “**Estado do Iguaçu**”: uma versão documentada. Cascavel: Academia de Informações Literárias, 2000.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e Colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. (Tradução de Valtensir Dutra). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 1979.